

AS declarações do Presidente José Sarney em Lisboa sobre o papel do Estado e da iniciativa privada na economia revestem-se de particular importância, pois ainda estamos longe de completar as reformas deflagradas com o cruzado e a guerra aberta à inflação.

Disse o Presidente que, nos países onde a iniciativa privada entrou em colapso, a economia entrou em crise, e lembrou que no Brasil a estatização acompanhou o crescimento do autoritarismo.

O Presidente sintetiza verdades elementares, que a realidade se encarregou de ensinar aos ideólogos dos partidos socialistas e comunistas ocidentais, triturando sua ânsia de promover a justiça social através do Estado, por cima da iniciativa dos indivíduos e das empresas privadas.

A experiência demonstra que o açambarcamento de atividades produtivas pelo Estado e seus monopólios gerou profundas distorções na vida social. Mais que isto, favoreceu o surgimento de uma nova classe de burocratas, que colocou seus interesses acima dos interesses dos trabalhadores e fomentou ditaduras sob a fachada de regimes supostamente distribuidores de renda, das oportunidades econômicas ou sociais.

Não se conhecem casos de crescentes monopólios estatais com aumento da democracia. O oposto, porém, é verdadeiro. O autoritarismo é gêmeo da estatização que favorece o clientelismo. E disso temos excelentes exemplos entre nós, herdados ao longo de vinte anos de autoritarismo.

As palavras do Presidente da República deveriam servir de sinal para que os setores da administração envolvidos com a macrocefalia estatal brasileira saiam dos planos, papéis, auditorias e projetos de modernização do setor público.

Ninguém está pensando em acabar com as atividades estatais produtivas, nem eliminar o Estado da vida nacional. Não é disso que se trata. O que é preciso é começar um processo de reformas que retire o Estado das áreas que invadiu, dos setores onde inchou, roubando o espaço às empresas privadas, que em toda parte demonstram poder produzir mais, melhor, e a preços mais baixos.

Nenhum sentido faz, num país onde as pessoas não têm escolas, morrem por mordidas de cobra, adoecem de dengue e desnutrição, ter o Estado como empresário produzindo aço, interferindo na indústria eletrônica, administrando armazéns, monopolizando transportes, produzindo petroquímicos básicos e assim por diante.

A inteligência política nacional pode concluir objetivamente que o Estado, onde atuar em grandes estruturas e com economia de escala, terá também que aumentar sua produtividade, terá que automatizar, o que pode significar corte de empregos. Muitos dos países que se aventuraram em políticas socialistas na Europa contemporânea cedo descobriram isto, e passaram a fomentar rapidamente as empresas privadas, para que estas absorvam mão-de-obra.

Para que o amplo caminho de estabilidade que o cruzado abriu chegue a bom termo, é preciso urgência nas reformas que reduzam o papel do Estado na economia. Se nada for feito nessa área, continuaremos mantendo as nossas esperanças de estabilidade e prosperidade à custa apenas de medidas monetárias e fiscais, cobrando mais impostos aos contribuintes, sem que as estruturas viciadas, pesadas e custosas mudem de caráter. Somente tocando a fundo nesses problemas poderá o Governo manter a credibilidade conquistada com as reformas iniciadas. Há urgência na cobrança de eficiência de um setor que até agora ficou acima das leis e à margem das reformas.